

De um Ponto de Vista Extralógico

Julio Cabrera*

1. De fato, os lógicos reconhecem o caráter arbitrário do conjunto dos “termos lógicos”.

1.1. “(...) a noção de matriz, que desempenha aqui um papel crucial, mudará de acordo com a escolha feita da lista de palavras lógicas; infelizmente, a questão de saber quais palavras devem ser consideradas lógicas, e quais não, envolve uma certa dose de arbitrariedade” (B. Mates, pág. 29)

1.2. “(...) não conheço fundamentos objetivos que permitam determinar uma divisória nítida entre termos (lógicos e extralógicos). Parece possível incluir entre os termos lógicos alguns termos que habitualmente são considerados pelos lógicos como extralógicos, sem chegar a conseqüências que contrastem fortemente com o uso ordinário. No caso extremo, podemos até considerar todos os termos da linguagem como lógicos” (Tarski, pág. 418-19).

1.3. “(...) em parte é questão de escolha determinar quais expressões têm de ser consideradas constantes lógicas. Poderemos fornecer critérios gerais de escolha, mas eles deixam aberto um certo campo dentro do qual a escolha é possível. Ainda pode-se submeter à discussão os motivos que o lógico apresenta para a escolha que ele realiza” (Strawson, pág. 58).

1.4. Carnap aceita que não se conhece uma definição adequada de “signo lógico” (Pap, pág. 156, nota 13). E Pap mesmo fala da “(...) dificuldade, e talvez impossibilidade, de fornecer um critério geral para a distinção entre constantes lógicas e constantes descritivas” (Idem).

2. É um fato de experiência que os filósofos fazemos inferências do seguinte tipo:

(I) *Os empiristas extremos não aceitam a existência de Deus*

* Doutor em Filosofia — Prof. Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria.

Os filósofos que acreditam tão somente nos dados dos sentidos como fundamento do conhecimento, rejeitam a existência de um ser supremo, criador de todas as coisas.

Pensamos, além do mais, estarmos certos da validade desses tipos de raciocínio, devido à presença de conexões analíticas entre certos termos da premissa e certos termos da conclusão.

2.1. Também é verdade que esses tipos de raciocínio não têm uma forma lógica válida dentro da Lógica elementar.

2.2. Filósofos como Quine, por outra parte, não cansaram de manifestar seu ceticismo a respeito da noção mesma de "conexão analítica", necessária para validar tipos de raciocínio como (I).

3. Diante dessa informação toda, duas atitudes parecem possíveis: (A) aceitar a validade de (I) como extralógica, mantendo firmes os limites da Lógica que existe. (B) Aceitar a validade de (I) como lógica, mexendo com os limites habituais da lógica, como a falta de (I) como lógica, mexendo com os limites habituais da Lógica, como a falta de nitidez entre termos lógicos e termos extralógicos (documentada em 1.1-1.4) parece permitir.

4. Embora todo mundo admita, com Quine, que "(...) as verdades lógicas mantêm-se verdadeiras através de qualquer substituição léxica" (Quine, *Filosofia da Lógica*, 172), também todo mundo admite, de novo com Quine, que "(...) a noção abstrata de verdade lógica também não é transcendente. Ela depende da noção de construção gramatical e, na formulação mais ampla, da noção de léxico. E não contamos com nenhuma noção transcendente sustentável de construção nem de léxico, senão apenas com uma família, frouxamente articulada, de noções imanentes mais ou menos análoga" (idem, pág. 106). "(...) a mesma distinção entre gramática e léxico é imanente e suscetível de reajustamentos alternativos, inclusive na análise de uma e a mesma linguagem. Variando essa distinção muda também a distinção entre verdade lógica e outros tipos de verdade" (Idem, 164).

5. As inferências que habitualmente fazemos em Filosofia, podem ser estudadas em base ao que está fortemente estruturado dentro da nossa linguagem. E nada indica que grandes partes do léxico, até hoje aparentemente não estruturadas, não possam ser

reconstituídas como fortemente estruturadas. As conexões lingüísticas entre “e” e “ou” (tais como exibidas, por exemplo, nas leis de De Morgan) não parecem mais fortes, resistentes e tenazes do que as existentes, por exemplo, entre “estar perto de” e “estar não longe de” ou entre “ser ateu” e “não acreditar na existência de Deus”.

6. Perfeitamente podemos considerar como termos “lógicos” quaisquer tipos de termos dos quais pudéssemos proporcionar elucidações tão claras quanto as fornecidas pela Lógica usual aos termos sentenciais e quantificacionais. De outra maneira, deveríamos, de acordo a alternativa (A) do item 3., deixar a validade de raciocínios como (I) abandonada a obscuros manípulos extralógicos.

7. Mostrei (em “Categoremias e validade lógica”) que, de todas as maneiras, mesmo aceitando a redução sistemática de raciocínios como (I) a raciocínios formalmente válidos, existirá sempre e inevitavelmente um momento no qual esse obscuro manípulo terá lugar. O único que pode se fazer é mantê-lo, pudicamente, fora dos limites da Lógica. A premissa implícita, capaz de tornar (I) num raciocínio formalmente válido, deverá, numa derivação formal, ser acrescentada como premissa material não cancelável ao final do processo.

8. Uma Lógica ampliada, aceitando dentro da Lógica a tarefa que, de uma ou outra maneira, deverá ser feita, poderia demonstrar (I) diretamente, sem acréscimo de qualquer premissa adicional. A derivação pode ser sistematicamente explicada, por exemplo, numa linha como a sugerida por Katz e Fodor, (I) utilizando marcadores semânticos, e uma técnica para avaliar sua ocorrência e suas relações recíprocas.

9. A fundamental semelhança entre raciocínios como (I) e raciocínios lógicos usuais, baseados no significado de “e”, “todos”, etc, fica ainda mais evidente se compararmos ambos tipos com raciocínios sintéticos meramente retóricos como o seguinte:

- (II) *Os empiristas extremos não aceitam a existência de Deus*
Os empiristas extremos carecem de toda virtude e decência

9.1. Precisamente, o grande perigo de fechar com dogmática

firmeza as portas da Lógica, é o de considerar como “meramente retóricas” praticamente a totalidade das inferências que efetivamente fazemos em Filosofia, na Ciência e no discurso ordinário.

10. Se a excessiva amplidão do campo do lógico provoca receios de que o lógico, para desempenhar suas funções, deva tornar-se um cientista (devendo estudar significações em diversos campos temáticos), pelo contrário poderíamos pensar que o cientista é, de fato e permanentemente, um autêntico lógico em ação. Mas isso seria como escrever o epitáfio para os “lógicos profissionais”.

10.1. A ubicuidade da Lógica, entretanto, também não seria tão radicalmente modificada, desde que, apesar das palavras como “ou” e “Todos” serem mais ubíquas e pluritemáticas do que a palavra “átomo”, palavras como “ser causa de”, “ser verificável”, “ter a finalidade de”, “ser comum a”, etc, etc, também são mais ubíquas e pluritemáticas do que a palavra “átomo”.

11. Parece coisa fora de toda dúvida que a validação de um raciocínio concreto, dos que usualmente realizamos na Filosofia, não pode ser feita apenas com os recursos da Lógica formal. O que resta saber é se tudo aquilo que é necessário para validar uma inferência pertence, de direito, ao campo da Lógica.

Notas

- (1) “Those who appeal to meaning postulates thus recognize that semantic relations among descriptive expressions are as much a part of logical inference as any of the relations among logical particles dealt with in quantification theory, but because these philosophers still stay within the professionalized framework that defines logic today, they are restricted to apparatus that is unsuited to the job. Our definition of semantic entailment is an attempt to explain the validity of inferences like (“John is bachelord, then John is male”) directly in terms of the semantic relations underlying them. Thus semantic theory and this definition can be thought of as a supplement to quantification theory in the sense of which quantification theory supplements propositional theory” (Katz, *Semantic theory*, pág. 186/87).

Bibliografia

1. CABRERA ALVAREZ Julio, "Categoremáticas y validez lógica". Revista Latinoamericana de Filosofía. Vol. VIII. Nº 1. Marzo 1982.
2. KATZ Jerrold, "Semantic Theory". Harper and Row, publishers, NY, 1972.
3. MATES Benson, "Lógica Matemática elemental". Técnos, Espanha, 1971 (Reimp). (Há tradução portuguesa: "Lógica Elementar". Ed. Nacional e EDUSP, SP, 1967).
4. NEWTON DA COSTA, "Ensaio sobre os fundamentos da Lógica". HUCITEC, EDUSP, SP, 1980.
5. PAP Arthur, "Semántica y verdad necesaria". Fondo de Cultura Económica, México, 1970.
6. QUINE W., "Filosofia de la Lógica". Alianza, Espanha, 1973. (Há tradução portuguesa, "Filosofia da Lógica". Ed. Zahar, RJ).
7. REICHENBACH Hans, "Elements of symbolic Logic". The Free Press, NY, 1947.
8. STRAWSON P., "Introduction to logical theory". Londres: Methuen and NY, Wiley, 1952. (Há reimpressões).
9. TARSKI A., "Logic, Semantics Metamathematics. Papers from 1923 to 1948. Oxford: Clarendon Press, 1956.